

RECURSO ESPECIAL Nº 1.847.255 - MG (2019/0331326-8)

RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA
RECORRENTE : ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADOR : ROMEU ROSSI E OUTRO(S) - MG037719
ES

WALLACE MARTINIANO MOREIRA - MG071909
RECORRIDO : EMPRESA DE PARTICIPACOES OESTE DE MINAS
LTDA
ADVOGADO : BERNARDO ROMANIZIO DE CARVALHO E OUTRO(S) -
MG101730
RECORRIDO : JOSÉ MÁRCIO CARNEIRO MENDES
RECORRIDO : CASSIA MARIA NOGUEIRA MENDES
ADVOGADO : THIAGO DE ALMEIDA TORRES BALBINO E OUTRO(S) -
MG108553

DECISÃO

Vistos.

Trata-se de Recurso Especial interposto pela **UNIÃO**, objetivando a reforma de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, proferido em apelação, assim ementado (fls. 525/531e):

AGRAVO INTERNO. APELAÇÃO CÍVEL. NÃO CONHECIMENTO. REQUISITOS DO ARTIGO 514, II, DO CPC. INOBSERVÂNCIA. PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE.

*Em observância ao princípio da dialeticidade, não se deve conhecer do recurso de apelação que deixa de atacar a sentença recorrida, por não apresentar os fundamentos jurídicos aptos a contrapor a decisão.
Recurso conhecido e não provido.*

Feito breve relato, decido.

De acordo com o artigo 9º do Regimento Interno deste Superior Tribunal de Justiça, a competência das Seções e das respectivas Turmas é fixada em função da natureza da relação jurídica litigiosa.

À propósito, confira-se:

*Art. 9º A competência das Seções e das respectivas Turmas é fixada em função da **natureza da relação jurídica litigiosa.***

Superior Tribunal de Justiça

§ 1º À Primeira Seção cabe processar e julgar os feitos relativos a:

- I - licitações e contratos administrativos;*
- II - nulidade ou anulabilidade de atos administrativos;*
- III - ensino superior;*
- IV - inscrição e exercício profissionais;*
- V - direito sindical;*
- VI - nacionalidade;*
- VII - desapropriação, inclusive a indireta;*
- VIII - responsabilidade civil do Estado;*
- IX - tributos de modo geral, impostos, taxas, contribuições e empréstimos compulsórios;*
- X - preços públicos e multas de qualquer natureza;*
- XI - servidores públicos civis e militares;*
- XII - habeas corpus referentes às matérias de sua competência;*
- XIII - benefícios previdenciários, inclusive os decorrentes de acidentes do trabalho;*
- XIV - direito público em geral.*

§ 2º À Segunda Seção cabe processar e julgar os feitos relativos a:

- I - domínio, posse e direitos reais sobre coisa alheia, salvo quando se tratar de desapropriação;***
- II - obrigações em geral de direito privado, mesmo quando o Estado participar do contrato;*
- III - responsabilidade civil, salvo quando se tratar de responsabilidade civil do Estado;*
- IV - direito de família e sucessões;*
- V - direito do trabalho;*
- VI - propriedade industrial, mesmo quando envolverem arguição de nulidade do registro;*
- VII - constituição, dissolução e liquidação de sociedade;*
- VIII - comércio em geral, inclusive o marítimo e o aéreo, bolsas de valores, instituições financeiras e mercado de capitais;*
- IX - falências e concordatas;*
- X - títulos de crédito;*
- XI - registros públicos, mesmo quando o Estado participar da demanda;*
- XII - locação predial urbana;*
- XIII - habeas corpus referentes às matérias de sua competência;*
- XIV - direito privado em geral. (destaque meu)*

No caso, trata-se de ação que discute domínio, posse e direitos reais sobre coisa alheia, porquanto "os autores ora opostos, propuseram ação de Usucapião, objetivando a transcrição no registro imobiliário do imóvel rural constituído pela gleba denominada Bonsucesso na Fazenda Flexas, localizada no município de São Romão -MG,

com área total de 1.526,20 ha, sob alegação de que, adquiriram da Empresa Rural Baiuru S.A, a soma de 742,00 há, e que a outra parte foi adquirida da Fayal S.A, com a cláusula "*ad judicia*", anexando como prova contratos particulares de compra e venda de cessão de Direitos. Alegam ainda, que as empresas cedentes estavam na posse, de forma mansa e pacífica do imóvel há mais de 17 anos, com "*animus domini*", e que com o falecimento dos proprietários anteriores e desconhecimentos do destino dos herdeiros, tornaram impossível a transcrição do dito imóvel em Cartório de Registro, assim, requerendo o reconhecimento do domínio com expedição do devido registro na Circunscrição Imobiliária competente" (fl. 2e).

Assim, cumpre destacar que estamos em sede da ação de usucapião e não em ação de demarcação de terreno de marinha a atrair a competência da 1ª Seção.

Portanto, a relação jurídica litigiosa é regida pelas normas do Direito Privado, estando inserida dentre aquelas de competência da Segunda Seção desta Corte, nos termos do art. 9º, caput, § 2º, I e XIV, do Regimento Interno desta Corte.

Ainda, segundo o entendimento da Corte Especial, "Pouco importa o instrumento processual utilizado ou a espécie da lei que fundamentou a decisão recorrida ou que foi invocada no recurso [...]" (*in* CC n. 29.481/SP, Corte Especial, Relator Ministro Cesar Asfor Rocha, DJ de 28/05/2001).

Nesse sentido:

CONFLITO INTERNO DE COMPETÊNCIA – AGRAVO REGIMENTAL – RELAÇÃO JURÍDICA LITIGIOSA – OBRIGAÇÃO DE DIREITO PRIVADO – COMPETÊNCIA DA SEGUNDA SEÇÃO DO STJ.

1. A competência interna no STJ é firmada em razão da natureza da relação jurídica litigiosa (*res in iudicium deducta*).
2. Recurso especial em que se discute responsabilidade civil de pessoa jurídica de Direito Privado. Competência da Segunda Seção desta Corte, nos termos do art. 9º, § 2º, II, do RISTJ.
3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no CC n. 109.258/ES, Rel. Ministra ELIANA CALMON, CORTE ESPECIAL, julgado em 01/02/2013, DJe 28/02/2013).

Verifico, ainda, que a matéria já foi analisada pelas Turmas que compõem a Segunda Seção, consoante precedentes que ora reproduzo:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE USUCAPIÃO EXTRAORDINÁRIA JULGADA PROCEDENTE. IRRESIGNAÇÃO DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. NÃO CABIMENTO DE USUCAPIÃO. TERRAS DEVOLUTAS. NECESSIDADE DE SUSPENSÃO DO PROCESSO. NÃO INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ QUANTO À ANÁLISE DA SUSPENSÃO DO PROCESSO. RAZÕES RECURSAIS INSUFICIENTES. AGRAVO DESPROVIDO.

1. Para o acolhimento do recurso, seria imprescindível derruir a conclusão contida no decisum atacado (ausência de comprovação de que a suposta ação discriminatória se refere à área usucapienda), o que, forçosamente, ensejaria rediscussão de matéria fática, incidindo, na espécie, o óbice da Súmula 7 deste Tribunal Superior, a obstar o conhecimento do recurso especial.

2. Razões recursais insuficientes para a revisão do julgado.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1253569/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/05/2018, DJe 01/06/2018)

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. USUCAPIÃO. TERRAS SEM REGISTRO. FALTA DE PRESUNÇÃO. TERRAS DEVOLUTAS. CONSTATAÇÃO DOS REQUISITOS AUTORIZADORES DA AQUISIÇÃO DA PROPRIEDADE. REVISÃO. SÚMULA 7/STJ.

1. Inexiste violação do art. 535 do CPC/73, porquanto não significa omissão quando o julgador adota outro fundamento que não aquele perquirido pela parte.

2. A inexistência de registro imobiliário do bem objeto de ação de usucapião não induz presunção de que o imóvel seja público (terras devolutas), cabendo ao Estado provar a titularidade do terreno como óbice ao reconhecimento da prescrição aquisitiva. Precedentes.

3. Rever a conclusão das instâncias ordinárias de que estão presentes os requisitos autorizadores para a aquisição da propriedade pela usucapião demandaria reexame de provas, o que é vedado pela Súmula 7/STJ. Precedentes.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 936.508/PI, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 13/03/2018, DJe 20/03/2018)

Isto posto, **DECLINO DA COMPETÊNCIA** para a apreciação do presente recurso e **DETERMINO** a devolução dos autos à Secretaria Judiciária, para a redistribuição do feito a uma das Turmas que compõem a Segunda Seção, nos termos do art.

Superior Tribunal de Justiça

9º, *caput*, e § 2º, I e XIV, do Regimento Interno desta Corte.

Publique-se e intímem-se.

Brasília (DF), 18 de novembro de 2019.

MINISTRA REGINA HELENA COSTA

Relatora